

REFLEXÕES SOBRE O MANIFESTO COMUNISTA: QUEM SÃO OS BURGUESES E OS PROLETÁRIOS DE HOJE?

LETÍCIA GOMES MAIA*

Introdução

PODE-SE AFIRMAR que as ideias essenciais de Marx não perderão a atualidade enquanto o capitalismo for o sistema vigente e supremo. Mesmo tendo sido escrito há mais de cento e sessenta anos, o Manifesto Comunista (por Marx e Engels) permanece mais atual do que nunca. Alguns dos principais prognósticos traçados no Manifesto sobre o capitalismo foram incontestavelmente cumpridos: a globalização, o desenvolvimento das forças produtivas, a intensificação da exploração da mão de obra, o crescimento das desigualdades sociais e a tendência para crises econômicas periódicas do capitalismo. Por outro lado, o otimismo na revolução pela força do proletariado alemão e os capítulos referentes à literatura socialista e aos demais partidos operários podem ser apontados como prognósticos não cumpridos ou pontos que precisariam ser revisados. Weffort (1993) ressalta a enorme influência da obra de Marx na vida política contemporânea: a análise de sua adequação aos tempos atuais é marcada pela expectativa “pelo menos curiosa” para um materialista histórico de que ele devesse dar resposta para problemas de épocas muito posteriores. Cabe observar que talvez essa expectativa tenha sido gerada por certo messianismo presente nas frases e nas propostas do Manifesto, e algumas das “profecias” se realizaram e outras, no entanto, não encontraram respaldo na história.

* Aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração pela UFBA, MBA em Gestão de Pessoas pela FGV (2009), bacharel em Administração pela UFMG (2004). E-mail para contato: <lgomesmaia@gmail.com>.

Desenvolvimento

O Manifesto é um texto breve, de estrutura simples. Começa com uma curta introdução, seguida por quatro capítulos, quais sejam: Burgueses e Proletários; Proletários e Comunistas; Literatura Socialista e Comunista; e Posição dos Comunistas diante dos diversos partidos de oposição — e desses, os dois primeiros são os mais aplicáveis à atualidade e os dois últimos mais concernentes à conjuntura da época. Em sua obra seguinte, *O capital*, Marx dissecou de forma mais aprofundada aspectos que já haviam sido esboçados no Manifesto. Pode-se dizer que o Estado, a economia e a sociedade moderna foram desnudados por Marx em suas obras. Marx coloca seus leitores no cerne das contradições da vida moderna “psiquicamente nus, despidos de qualquer halo religioso, estético ou moral, e de véus sentimentais” (Berman, 1986, p. 156). No Manifesto, Marx e Engels, então com vinte e nove e vinte e sete anos, respectivamente, souberam ver por debaixo das roupagens que o capitalismo assume, por debaixo dos rótulos das crises, das máscaras do empreendedorismo, da fantasia do livre-comércio e dos falsos e pretensos valores. Constitui, sem dúvida alguma, uma crítica voraz, bem fundamentada histórica e metodologicamente ao capitalismo e, mais do que isso, constitui, também, uma proposta alternativa, uma chamada ao comunismo, feita com entusiasmo juvenil e muita sagacidade.

O Manifesto se inicia com uma frase de impacto: “A história de todas as sociedades até os nossos dias não foi senão a história da luta de classes” (Marx e Engels, 2001, p. 23). Essa frase pode ser tida como a base do materialismo histórico e constitui, sem dúvidas, uma grande contribuição ao pensamento humano como um todo. É com o materialismo histórico que os autores desvendam a sociedade moderna e o mecanismo das transformações dos modos de produção, apresentando a radiografia do capitalismo. Marx e Engels buscam fundamentos na análise da história da humanidade para elaboração de uma linha futura de atuação das classes, sempre em um contexto de luta. Parte da história da humanidade até os dias de então é resumida no primeiro capítulo do Manifesto, “Burgueses e Proletários”, e nesse resumo os autores caracterizam os dias de então como marcados pela oposição entre as duas classes que dão nome ao capítulo e dominam o cenário da época. Assim, os autores foram os primeiros a apontar o capitalismo como um sistema resultante de um processo histórico de

superação pela humanidade das relações econômicas e sociais vigentes no feudalismo. Foram também os primeiros a apontar que, por sua vez, o capitalismo também deveria ser transitório, assim como o foi o feudalismo, e poderia ser superado por uma reorganização dessas relações econômicas e sociais em um novo sistema, que eles sugerem, seja o comunismo.

A grande contribuição do primeiro capítulo está em descrever as transformações que a revolução industrial causou no mundo e o papel da burguesia nesse contexto revolucionário. Os autores relatam o que depois ficaria conhecido como globalização por meio das descrições pormenorizadas do processo de mundialização do comércio, da navegação e da expansão dos meios de comunicação. Marx e Engels destacam a necessidade de exploração do mercado mundial, em que a burguesia, entendida como uma classe social composta pelos grandes capitalistas, precisa de quem compre o que é capaz de produzir a cada dia em maior quantidade, com o objetivo fundamental de obtenção da “mais-valia”. Mas por outro lado, esse mesmo sistema, na mesma medida em que aumenta a produtividade, aumenta também a concentração de renda e a incapacidade econômica de consumo de quem produz, o proletariado. A produção, fruto da exploração cada vez maior, precisa de mercado para escoar. Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia abre a possibilidade não só de vender a terras longínquas, talvez as mesmas que tenham sido supridoras de matéria-prima no início do processo produtivo, mas também produzir e explorar o proletariado das nações que oferecerem a mão de obra a menor preço, de maneira que maximize o lucro. Nesse ponto, o texto escrito há mais de cento e sessenta anos poderia perfeitamente ter sido escrito ontem. Marx e Engels demonstram genialidade ao perceberem e descreverem o fenômeno da globalização, naquela época um tímido esboço do que se observa na atualidade, com tanta nitidez: “pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte” (Marx e Engels, 2001, p. 29). Essa descrição não se distingue sobremaneira das definições que compreendem a globalização como processos “que dominam de maneira inexorável a economia mundial, e tendem a destruir as fronteiras nacionais” (Baptista Júnior, 1997, p. 192). A revolução tecnológica e científica da atualidade consiste em continuação daquela descrita no Manifesto, que “criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, que os aquedutos romanos e as catedrais

góticas; conduziu expedições maiores que as antigas migrações de povos e cruzadas” (Marx e Engels, 2001, p. 28).

As transformações na sociedade causadas pela revolução industrial e descritas por Marx e Engels poderiam servir de fundamento para uma descrição das transformações causadas na sociedade pela revolução microeletrônica, posto que, essencialmente, mudam-se os atores e objetos, mas os papéis representados e o sistema continuam o mesmo: o capitalista, acompanhado de suas contradições inerentes. A mudança da sociedade “pós-industrial” é contextualizada por Harvey (1992), para quem “o período que vai de 1965 a 1975 tornou, cada vez mais, evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (Harvey, 1992, p. 140). As transformações ocorridas dentro do sistema capitalista têm por base a transformação cultural, com a “expansão global da forma mercadoria” (Jameson, 1996, p. 5). Nesse contexto, em que a mercadoria deixa de ser um produto claramente definido, padronizado, homogêneo em sua forma, tangível e produzido nas indústrias, para tomar a forma também de diversos e ilimitados serviços. A diminuição do operariado do setor secundário da economia se faz acompanhar da expansão do aumento do trabalhador do setor terciário, pois o Setor Secundário, embora responsável pela dinamicidade do crescimento, passa a possuir pouca capacidade de absorção de mão de obra em face do nível de automatização, forçando então maior mão de obra para o Setor Terciário.

A transformação cultural na sociedade pós-industrial se faz acompanhar de uma mudança de mentalidade e pode ser parcialmente explicada pela expansão das comunicações e pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e *marketing*. O desenvolvimento da publicidade, a emergência de meios de comunicação de massa e o crescimento da prática de *marketing* são fatores apontados por Taschner (2000) como responsáveis para a formação da cultura do consumo atual. O domínio não é apenas material, mas principalmente cultural: “isso vale tanto para as produções materiais quanto para as intelectuais [. . .] da soma das literaturas nacionais e regionais cria-se uma literatura mundial” (Marx e Engels, 2001, p. 30). Para Taschner (2000, p. 44), a formação da cultura do consumo passa pela “busca constante de oportunidades de negócios no capitalismo industrial [que] levou à expansão da lógica mercantil para novas dimensões da sociedade”. Sorj (2003, p. 27), por outro lado, afirma que:

a sociedade moderna é uma sociedade de consumo não porque a massificação tenha levado o conjunto da sociedade a introjetar a necessidade de consumir cada novo produto lançado pela indústria e promovido pela publicidade, mas porque os produtos de consumo são, em sua maioria, condição de acesso à saúde, à educação, ao trabalho e à sociabilidade (Sorj, 2003, p. 27).

Fato é que o homem moderno “precisa” de muitas coisas de que antes não precisava. Antes, suas necessidades podiam ser satisfeitas pela produção local e agora, não. Não existe mais isolamento entre os países, as contas nacionais se complementam e fecham um balanço geral, mundial, as economias são essencialmente interdependentes. Novos produtos, de países mais distantes e de climas mais diversos, são requeridos para satisfação do homem moderno. Essa ficou conhecida como a teoria das necessidades do marxismo em que o de que o homem precisa realmente está oculto em meio a uma enorme quantidade de necessidades criadas para que o mercado se sustente, junto com as lutas entre classes, em nome da “escassez” existente. Para Marx e Engels, essa “escassez” que alimenta a luta entre classes e a impossibilidade histórica da abundância para todos, assim como necessidades humanas ilimitadas seriam uma ilusão criada em prol da permanência no poder pela burguesia. Uma ilusão que eles desnudam em verdade. O Manifesto é assim uma ruptura com o fatalismo economicista liberal que profetiza um futuro de escassez, porque o progresso estaria sempre aquém das novas necessidades.

A transformação cultural na sociedade pós-industrial também se faz acompanhar de outra mudança, na produção e nas relações de trabalho, destacadas por Antunes (2000): a redução do proletariado fabril estável, o incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, da terceirização, da subcontratação, da inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, a maior inserção da mão de obra feminina e a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho dos países centrais. Diante de todas essas mudanças, a definição de quem seriam os burgueses e os proletários, que compõem o título do primeiro capítulo do Manifesto, “Burguesia e Proletariado”, no mundo contemporâneo se torna uma tarefa mais difícil. Naquele contexto, os burgueses seriam os proprietários dos meios de produção. Mas essa distinção já não é tão clara nos dias atuais. O dono de uma pequena manufatura que trabalha mais de setenta horas

semanais para manter o seu negócio funcionando e que vai ao banco preocupado em renegociar dívidas porque a renda não tem sido suficiente para pagar o salário dos poucos funcionários definitivamente não pode ser considerado um burguês. No capitalismo contemporâneo, o papel dos burgueses no Manifesto é exercido pelos financistas, investidores, possuidores de títulos de dívidas públicas, investidores na bolsa de valores, enfim, quem detém o capital. Os pequenos empresários, proprietários de meios de produção são frequentemente proprietários de dívidas proporcionais no Banco, também. Nesse cenário contemporâneo, os verdadeiros burgueses seriam os detentores de capital, que controlam os meios de produção, mesmo que indiretamente.

No tocante a essa análise de quem seriam os burgueses e os proletários dentro do cenário do capitalismo contemporâneo, a definição do proletariado é ainda mais complexa. Podem ser considerados como parte do proletariado os desempregados, assalariados precários, emigrados e refugiados em busca de trabalho. Enquanto Marx e Engels compunham o cenário capitalista da época como regido por relações sociais de dominação e exploração, na atualidade pode-se identificar outro tipo de relação social preocupante que é a exclusão, ou a marginalização. Nascimento (1994, p. 61) define bem a questão, pois o “excluído não é apenas aquele que se encontra em situação de carência material, mas aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade”.

Segundo Marx (2001, p. 111), o trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. E dessa forma, se revela que a pobreza não é apenas fruto de má distribuição de renda, mas sim resultado de um ciclo produtivo e da má distribuição sim, mas dos meios de produção, e a renda é apenas consequência dessa relação em desequilíbrio. A acumulação da miséria se deve ao processo de acumulação do capital, “encontrando-se aí a raiz da produção / reprodução da questão social na sociedade capitalista” (Iamamoto, 2001, p. 15). Excluído é aquele em situação de miséria, desempregado, pobre, aquele a quem não se permite que entre em uma agência bancária ou *shopping* pelas roupas que veste, é aquele que não sabe ler ou que não tem televisão, ou que não sabe utilizar os recursos da Internet, mas é também e principalmente aquele que não reconhece a exploração a que está sujeito e não tem capa-

cidade de se inserir em um debate por mudanças para a sua condição de explorado. Os excluídos fazem parte desse novo proletariado.

Lustosa (2001, p. 111) afirma que a sociedade moderna constrói a exclusão e que a “cuidadosa identificação de grupos excluídos sob diferentes circunstâncias, além de fornecer importantes subsídios para a intervenção, também favorece a compreensão dos processos mediante os quais eles são excluídos”. Pois, de fato, a pior forma de exclusão, talvez, seja aquela em que não se reconhece, na condição de excluído e por não se entender como tal, se deixa de questionar e de lutar pela inclusão, pela cidadania. “A condição mais aguda de pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada [. . .] ou seja, aquela que faz o excluído não perceber sua exclusão, tornando-se o objeto dos privilégios e das ajudas” (Demo, 1996, p. 3).

Diferentemente do que possa parecer, diante dos programas sociais e da inclusão social propagandeada pelos governos, a exclusão da força de trabalho tende só a aumentar, pois a população trabalhadora cresce mais rapidamente do que a sua necessidade de ocupação para a acumulação de capital. Segundo Rifkin (1997), a questão do desemprego é mundial e estrutural. Os R\$ 13,4 bilhões gastos com o Bolsa-Família no Brasil durante todo o ano de 2011 é um pouco menos do que o suficiente para pagar os juros da dívida pública por apenas um mês. Para todo o ano de 2011, a meta do governo é fechar o superávit primário em R\$ 117,9 bilhões. Programas como o Bolsa-Família podem ser a solução para a miséria, mas não para a questão social como um todo. Para a inclusão social dessa ampla parcela da população em situação de exclusão, seria preciso uma transformação mais estrutural nas relações de poder e na sociedade, pois o sistema capitalista atual é simplesmente incapaz de absorver toda a mão de obra, e precisa desse excesso para se manter funcionando enquanto tal. Segundo Bava (2009), nos últimos trinta anos, a diferença entre ricos e pobres aumentou mais do que do dobro. Pesquisas do Observatório Urbano das Nações Unidas (ONU) alertam que, em 2020, a pobreza no mundo atingirá cerca de 45% do total de habitantes das cidades. Para onde a humanidade está caminhando? Infelizmente, a questão social ainda está longe de ser equacionada e as respostas que vêm sendo fornecidas pelos governos não passam de paliativos, como mais uma máscara que o capitalismo veste para se manter vigente e ocultar suas contradições.

Ainda no primeiro capítulo, os autores argumentam que o desenvolvimento do sistema capitalista liberaria forças produtivas “mais imponentes e mais colossais que todas as gerações precedentes reunidas” (Marx e Engels, 2001, p. 32). Para os autores, a criação de forças produtivas passa pelo aumento da classe do proletariado, pois para eles as forças produtivas seriam um sistema constituído por três elementos, o homem, a natureza e a tecnologia, sendo o homem o principal elemento. A burguesia precisa de quem produza e para isso “o proletariado é recrutado em todas as classes da população” (Marx e Engels, 2001, p. 37) e aumenta-se dessa forma a oposição e o domínio de uma classe em relação a outra. Marx e Engels demonstram o crescimento das forças produtivas e o papel desempenhado por este crescimento no desenvolvimento do capitalismo:

O domínio das forças naturais, o maquinismo, as aplicações da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo, o desbravamento de continentes inteiros, a canalização de rios, o aparecimento súbito de populações — em que século anterior se poderia prever que tais forças produtivas cochilavam no seio do trabalho social?” (Marx e Engels, 2001, p. 32).

Para Marx e Engels a maturidade das forças produtivas transformaria as relações sociais de produção capitalistas num obstáculo ao progresso e exigiria a revolução da sociedade. Marx e Engels vislumbraram essa tendência de expansão do capitalismo, confirmada nos dias atuais e por isso, em contrapartida, incitaram a união do proletariado também em nível mundial. Que esses, superando os interesses nacionalistas, localistas, raciais, étnicos e religiosos, pudessem se unir solidariamente e organizadamente em nível mundial, é sobre isso que trata a última frase do Manifesto.

Ao longo do texto, os autores procuram evidenciar o potencial revolucionário da classe oprimida, os proletários. No entanto, esse potencial é ameaçado porque, apesar de majoritária, a classe dos proletários pode ser considerada antagônica, dividida e dispersa, ao passo que a burguesia, apesar de minoritária, é suficientemente unida e organizada para manter-se no poder. Nesse sentido, outra frase de impacto, que dessa vez encerra o Manifesto, proclama a união: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (Marx e Engels, 2001, p. 84). Essa frase representa o papel relevante atribuído à internacionalização da luta, ao desejo que os proletários se unissem além

das fronteiras delimitadas pelos países para que tivessem a força suficiente para reverter a história. Além dessa última frase de impacto, o Manifesto está recheado de frases que denotam o internacionalismo de Marx e Engels: “os operários não têm pátria”; “o trabalho industrial moderno, a submissão moderna ao capital [. . .] despojaram-no de todo caráter nacional” (Marx e Engels, 2001, pp. 56, 42). Cabe ressaltar que, atualmente, muito da tradição internacionalista se perdeu. No entanto, por outro lado, a internacionalização do capital, necessidade imperiosa do processo de acumulação capitalista, não se prende às fronteiras nacionais, segue se expandindo para além delas e “a autossuficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações” (Marx e Engels, 2001, p. 30).

Apesar de escrito na primeira metade do século XIX, o modo de produção daquele tempo em relação ao de hoje ainda é fundamentalmente o mesmo, embora com aprimoramentos decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico. A intensificação da submissão do trabalhador ao capital, anunciado por Marx e Engels, confirma a tendência do capitalismo em oprimir, cada vez mais, os operários, diminuindo o padrão de vida, tornando-os cada vez mais pobres. Segundo Sorj (2003, p. 28), na história do capitalismo, um dos eixos em torno dos quais as lutas sociais por maior igualdade se organizam é “pela redistribuição da riqueza entre empregados e empregadores, permitindo um aumento da renda individual dos trabalhadores”. De fato, as últimas décadas demonstram historicamente a dicotomia entre um fantástico avanço tecnológico e científico que cria enormes possibilidades para a produção material de riquezas e, simultaneamente, reproduz a miséria e a fome para milhões de homens, relegando mais de um quinto da população mundial à miséria absoluta. O capitalismo exhibe o paradoxo de que crescimento econômico e aumento da produtividade no trabalho, que seriam coisas positivas, conduziriam à abundância, pelo contrário, se traduzem em aumento de desemprego, que pode ser tido como crônico, diminuição dos salários e redução geral da qualidade de vida.

Todavia, Maiolino & Mancebo (2005) alertam para que se busque analisar os diversos aspectos que a questão envolve: tensões na governabilidade, falta de mobilidade social, exclusão de cidadania, segregação espacial e outros de forma cuidadosa e atenta para que se evite as grandes generalizações que são feitas a respeito do tema de exclusão social sem as devidas considerações. Assim, a exclusão social e a desigualdade são entendidas

como formas de crises econômicas e, assim, caminhando juntas, se agravam mutuamente. Nesse sentido, cabe observar que, antes do século XVIII, as crises, de modo geral, afetavam, normalmente, o setor agrário, sendo caracterizadas pela carência, escassez de alimentos e outros artigos necessários, cujos preços, conseqüentemente, se elevavam. Mas, com o advento do capitalismo, houve uma mudança no caráter das crises: nelas não há escassez, mas, sim, superabundância; e os preços, em vez de subirem, diminuem. Além disso, elas ganham um caráter crônico, cíclico e se repetem periodicamente, ora em uns países, ora em outros, ora mais forte, ora menos forte.

Como se vê, o pensamento de Marx e Engels pertence ao século XIX, mas é possível que a reflexão sobre esse pensamento viabilize meios aplicáveis aos problemas sociais e econômicos atuais. A capacidade produtiva disponível, em escala econômica mundial, poderia certamente resolver a maior parte dos problemas de “escassez” que, no entanto, se perpetuam, pela lógica da mais-valia que desperdiça e destrói, dentro de uma lógica racional egoísta, as forças produtivas em crises recorrentes, o que constitui a sintomatologia febril da agonia do capitalismo — segundo Marx e Engels. As crises cíclicas do capitalismo foram identificadas no Manifesto:

as crises comerciais que, em sua periódica recorrência, colocam em perigo, de forma sempre mais ameaçadora, a existência de toda a sociedade burguesa. As crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas (Marx & Engels, 2001, p. 33).

Essas crises podem ser explicadas por meio das contradições que Marx e Engels exibem sobre o sistema capitalista: o investimento em novas tecnologias e o avanço tecnológico eliminam o trabalho de muitos proletários, o que acaba por reduzir o custo da produção e aumenta a possibilidade de maiores lucros. Quanto maiores os lucros, maior a chance de investimento em tecnologia e cada vez se precisa menos do trabalhador, que encontra desemprego e baixa dos salários, e diminui, também, conseqüentemente, a capacidade de consumo das mercadorias. O subconsumo leva à estocagem, à baixa dos preços e à diminuição transitória da capacidade produtiva, o que, por sua vez, tem como um dos seus efeitos mais constantes o desemprego. Assim, é preciso vender para mais países diferentes, já que a capacidade de consumo interna diminui. Até que chega um momento em

que se produz muito, mas muito mais do que pode ser consumido e o capitalista tem de queimar os seus produtos para regular a oferta diante da demanda. Marx e Engels veem nessa contradição a enunciação de um fim certo para o capitalismo que seria substituído por outro sistema, assim como o foi o escravismo antigo e o feudalismo.

O momento atual é exemplo de uma das crises periódicas que o capitalismo vem sofrendo, desde o início do século XIX. As crises podem ser consideradas cíclicas pelo seu caráter regular. À crise propriamente dita segue-se um período de depressão, estagnação dos negócios e desemprego, ocorrendo, a seguir, novo período de prosperidade no qual a atividade econômica recomeça com novo ímpeto. Essa grande contradição do capitalismo, que mais ganha espaço na mídia e mais afeta (direta ou indiretamente) e preocupa a todos, dominados e dominantes, foi perfeitamente diagnosticada pelos então jovens autores:

As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram. — Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para previni-las (Marx e Engels, 2001, p. 34).

Uma saída para a crise é apontada nesse trecho, por Marx e Engels: a destruição forçada, produtos que são queimados ou homens que vão para as guerras e morrem (diminui-se, dessa forma, as forças produtivas). Outras saídas históricas para as crises, como para a “depressão” de 1873 a 1895, por exemplo, consistem em impulsos de internacionalização. No caso desse exemplo, o impulso foi colonialista e um grande volume de investimentos de capitais foi feito no exterior, alternativas encontradas para aumentar a taxa de lucro. Essa pode ser considerada outra característica das crises cíclicas do capitalismo: a tendência à internacionalização e a não limitação da crise a um país, mas a um conjunto de países capitalistas.

A crise de 1929 pode ser citada como outro exemplo, em que os Estados Unidos arrastaram com eles os países ligados. Como narram os livros de história, a crise de 1929 foi agrária, financeira e industrial ao mesmo tempo; além de ampla, universal e com um alto grau de interdependência

nas economias. E sua duração foi anormal, com efeitos até às vésperas da Segunda Grande Guerra. Do início da crise até alguns anos depois a produção industrial retrocedeu, mas, mesmo assim, os estoques aumentavam e não encontravam compradores. Tal situação era agravada pelo desemprego em massa reduzindo o poder aquisitivo dos consumidores. Os setores mais altos da burguesia passaram a apoiar regimes políticos autoritários que garantissem a ordem, explicando-se, aí, o apoio ao fascismo na Itália e Alemanha, ao mesmo tempo em que a pauperização da pequena burguesia e o aumento do movimento operário levavam à ameaça de uma revolução comunista.

Aos poucos, o papel do Estado foi sobressaindo, destacando-se sua intervenção na economia e na sociedade, o que levou ao reforço do autoritarismo. Nos países mais diretamente atingidos pela crise, opções foram buscadas dentro do próprio capitalismo, com o objetivo de evitar a abundância, reduzindo a produção: na Alemanha, foi o nazismo; na Itália, o fascismo; na Espanha, o franquismo; em Portugal, o salazarismo e; nos EUA, o *New Deal*. O problema das crises cíclicas é próprio do sistema capitalista, que teve de se transformar profundamente, mas ainda não encontrou solução efetiva.

O mundo socialista não foi atingido pela crise de 1929. A União Soviética, a partir de 1917, com a Revolução Socialista, procurava resolver o problema do capitalismo pela total substituição do modo de produção capitalista: aboliu a propriedade privada dos meios de produção e planejou a economia para produzir somente o necessário ao consumo, sem o objetivo de lucro, pois tudo pertencia a todos. Mais tarde, com a extinção da União Soviética e do sistema socialista em outros países, o ponto de referência tradicional para a classe trabalhadora se perdeu e o comunismo passou a carecer de modelos críveis. Sobre isso, cabe questionar se o sistema socioeconômico desenvolvido na União Soviética representava bem um modelo comunista, pois segundo Marx (1977, p. 301),

uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca é substituída por relações de produção novas e superiores antes que as condições materiais de existência dessas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade (Marx, 1977, p. 301).

Sem dúvidas, o modelo soviético tinha muitos aspectos do comunismo idealizado por Marx, mas distanciava-se em muitos outros. Pode-se dizer que o que desmoronou no final do século XX no território da União Soviética (e de outros países do Leste Europeu) foi uma tentativa prematura de comunismo, pois a Rússia não tinha desenvolvido suas forças produtivas ainda de maneira suficiente para conseguir efetivamente substituir o capitalismo. Para o sistema soviético, a tentativa de substituir o capitalismo antes que certo nível de desenvolvimento tivesse sido alcançado significou a perda da base de apoio na população e a União Soviética não conseguiu ultrapassar a etapa estatal da coletivização dos meios de produção, aprofundando, assim, a contradição entre o interesse da burocracia e os interesses da sociedade. Diante do fracasso dessas tentativas e da ausência de um modelo, o neoliberalismo reforça o argumento de que não há alternativas ao capitalismo.

Nesse sentido, se alguns dos diagnósticos feitos por Marx e Engels, no Manifesto, são, por um lado, atualíssimos e certos, por outro, nem tanto. As promessas de emancipação humana trazidas pela modernidade tais como as promessas de democratização e de universalização da cidadania, exigem, para sua plena realização, a superação do próprio capitalismo:

As armas que a burguesia usou para abater o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma [. . .] a burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; também engendrou os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários (Marx e Engels, 2001, p. 34).

No entanto, o otimismo na revolução pela força do proletariado alemão foi frustrado, pelo menos nas revoluções que se seguiram imediatamente à publicação do Manifesto. O modelo comunista da União Soviética fracassou. O desenvolvimento do capitalismo ainda não avançou a ponto de tornar possível uma vitória definitiva do proletariado. No Prefácio à edição alemã, de 1872, Marx e Engels reconhecem que a perspectiva de uma continuação do processo revolucionário estava inviabilizada pela retomada, após a crise de 1847, da prosperidade industrial:

Levando-se em conta o imenso progresso realizado pela grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, o progresso da organização partidária da classe operária, levando-se em conta a experiência prá-

tica da Revolução de Fevereiro em primeiro lugar, e mais ainda da Comuna de Paris — na qual, pela primeira vez, o proletariado deteve em mãos durante dois meses o poder político —, este programa está hoje ultrapassado sob certos aspectos (Marx e Engels, 2001, p. 13).

O empobrecimento do proletariado por causa da concorrência entre os proletários por trabalho e o aumento do seu poder social por conta da concentração industrial deveria conduzir à revolução proletária, segundo Marx e Engels. No entanto, o desfecho das revoluções de 1848, marcado pelo golpe de estado de Bonaparte, que levou Marx a se exilar na Inglaterra e a se dedicar à redação de *O Capital*, modificou profundamente a visão de Marx e Engels sobre o papel da burguesia, porque deixou evidente a necessidade de um desenvolvimento político na classe, que viria com prática, com a determinação da consciência de classe: “toda luta de classes é uma luta política” (Marx e Engels, 2001, p. 39).

O desenrolar dos acontecimentos históricos demonstraram a importância de um delineamento da atuação política do proletariado. Nesse ponto crucial a atualidade do Manifesto se deve ao seu caráter aberto, por não ter tido a pretensão de dar respostas prontas para tudo. Um exemplo de caráter aberto do Manifesto é que em vez de esmiuçar uma teoria sistemática do partido, com regras e critérios de estruturação e funcionamento, os autores tomaram o conceito de partido como mera extensão da classe proletária e se voltaram para a parte ideológica para que esse conceito pudesse ser posto em prática, o objetivo era congregar efetivamente todos os proletários para a luta.

As esperanças depositadas no proletariado industrial parecem ter extrapolado suas possibilidades. Os proletários dos países capitalistas avançados, tendo se transformado em cidadãos, tenderam, em grande maioria, a abandonar a perspectiva revolucionária, confortando partidos e movimentos reformistas. Nos países socialistas, o proletariado não soube formar linhas de resistência ao processo de usurpação do poder nem, mais tarde, ao desmantelamento de suas organizações autônomas. Mas a parte do Manifesto que descreve a ascensão da burguesia, revolucionando todas as dimensões da vida, permanece atual, pode-se dizer que a humanidade ainda se encontra nessa fase, buscando alternativas para os problemas que dela decorrem.

A fúria produtiva, o acelerado avanço tecnológico, a ambição ilimitada de domínio e poder, internacionalizando mercados e capitais, e a

monetarização das relações sociais são aspectos que perduram e descrevem o triunfo da burguesia, até os dias atuais. Contudo, ao mostrar que é no mundo dos que trabalham — e que são por isso explorados — que se gesta o portador material da superação do capitalismo, o Manifesto demonstra mais do que atualidade, mas, também, um aspecto que, ainda hoje, pode vir a ser algo a se realizar no futuro, um prognóstico esperançoso para o oprimido proletariado.

Atualmente, em muitos países do mundo, o proletariado tem alguns direitos, tais como limitação de sua jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias anuais, assistência médica e aposentadoria, direitos esses que não existiam quando o Manifesto foi escrito e os proletários começaram a existir em grande número. Esses direitos foram conquistados ao longo de décadas, depois de muitas greves, manifestações e confrontos com a polícia. Infelizmente, muitas das condições de vida e de trabalho ruins ainda persistem até os dias atuais, e mais de dois séculos depois da Revolução Industrial ainda constituem a realidade de muitos trabalhadores. O fato de que o trabalhador talvez precise escolher entre pagar o aluguel ou ir ao médico indica que há algo fundamentalmente errado com as prioridades da sociedade. No Brasil, da mesma maneira que no mundo, talvez pior, a situação da classe trabalhadora não é fácil. Verdade que, durante esse período, houve avanços, mas a nova revolução tecnológica, do final do século XX, trouxe à tona, novamente, questões que pareciam adormecidas. A principal bandeira do movimento sindical brasileiro, como no final do século passado, ainda é a redução da jornada de trabalho.

O neoliberalismo busca alternativas para conseguir manter vivo o capitalismo, que agoniza, periodicamente em crises, mas não parece encontrar o caminho. De acordo com Anderson (1995, p. 11), o remédio encontrado pelo neoliberalismo foi

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo (Anderson, 1995, p. 11).

Embora indicações no sentido de revisar a teoria para adequá-la ao novo contexto histórico já estejam presentes nos próprios Marx e Engels, depois do Manifesto em seus prefácios mais tardios, o fato é que uma nova

teoria marxista do Estado só viria à luz, a partir de Gramsci. Segundo Coutinho (1989, p. 122), Gramsci “enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”. A aceitação do método do materialismo histórico permite a Gramsci perceber a essência do pensamento de Marx e Engels no Manifesto, sem, no entanto, ignorar os limites históricos desses autores: Gramsci não abandona as teorias de Estado e revolução socialista elaboradas por Marx e Engels, também no Manifesto, mas as enriquece com novas determinações, recolhidas do movimento histórico que ele teve a possibilidade de vivenciar. A revisão do marxismo, empreendida por Gramsci, que põe as ideias de Marx e Engels em plena sintonia com os tempos atuais, revitaliza o Manifesto, ao mesmo tempo em que o relativiza e o situa historicamente.

Considerações finais

A concepção de comunismo que o Manifesto sugere é muito significativa: a de uma organização social na qual “o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (Marx e Engels, 2001, p. 62). Essa frase, em que cada palavra é importante, fornece aos marxistas da atualidade, simultaneamente, critérios para avaliar as razões do fracasso das tentativas socialistas e a sugestão do que deveria vir a ser um dos traços essenciais do comunismo, o livre desenvolvimento de cada um indivíduo para o desenvolvimento de todos. A realidade mostra que as dificuldades para atendimento de questões básicas, como saúde e moradia, persistem e as desigualdades, no mundo capitalista, aumentam. Quem serão os atores representantes do papel de proletários e “coveiros da burguesia” e do capitalismo na sociedade atual? Os trabalhadores sabem e os sindicatos têm de ser corajosos o suficiente para liderar a luta contra esses aspectos. Os economistas, também, sabem que o mundo não tem recursos suficientes para se sustentar nesse ritmo de produção e exploração. A abundância deve ser mais bem aproveitada, e famílias que trabalham precisam de um salário digno. Algo precisa ser feito para que os frutos do aumento da produtividade alcançado, nas últimas décadas, em função, principalmente, dos avanços tecnológicos possam ser mais bem distribuídos e venham a servir para que a humanidade trabalhe menos e viva melhor, de maneira mais igualitária e justa. Nesse sentido, a reflexão sobre as lutas históricas passadas torna-se essencialmente importante, seguindo o método do materialismo histórico de Marx, como aprendizagem para as lutas atuais do proletariado.

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Emir Sader & Pablo Gentili (org.) *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.
- ANTUNES, R. L. C. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7.^a ed. ampl. São Paulo-Campinas: Cortez-Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. O círculo de giz da “globalização”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 49, nov. 1997.
- BAVA, S. C. A crise e as oportunidades. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n.º 23, Junho 2009.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DEMO, P. *Exclusão social: novas e velhas formas*. Brasília: UnB/SER, outubro de 1996.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a modernidade*. São Paulo: Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n.º 3 (jan.-jul.). Brasília: Abepss, Graflin, 2001, pp. 9-32.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LUSTOSA, T. Q. de O. Pobreza e exclusão social. *Revista Debates Sociais*. Rio de Janeiro: CBCISS, vol. 58, 2001, pp. 99-113.
- MAIOLINO, A. L. & MANCEBO, D. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. *Psicologia e Sociedade*, 17(2), pp. 14-20, mai.-ago. 2005.
- MARX, Karl (1859 [1977]) Prefácio à Contribuição da Economia Política. In: *Karl Marx e Friedrich Engels – Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, pp. 300-03. Originalmente publicado em alemão, 1859.
- . *Manuscritos econômico-filosóficos*. S.Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* 1848. Londres: [s.n.], 1848, 15 p. ISBN: 85.254.1124-8 Trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2001.

- NASCIMENTO, E. P. Hipóteses sobre a nova exclusão social. *Cadernos CRH*, n.º 21, Salvador, jul.-dez., 1994.
- RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. (org.). *Setor Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio: Paz e Terra, 1997.
- SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com – a luta contra a desigualdade na Sociedade de Informação*. Rio: Jorge Zahar, 2003.
- TASCHNER, Gisela B. Lazer, cultura e consumo. *RAE*, vol. 40, n.º 4, pp. 38-47, out.-dez. 2000.
- WEFFORT, Francisco. Marx: política e revolução/Textos de Marx. *Os clássicos da Política*. Francisco Weffort (org.). São Paulo: Ática. 1993.

Resumo

Este ensaio teórico demonstra que as ideias essenciais de Marx não perderão a atualidade enquanto o capitalismo for sistema vigente, mesmo tendo sido escrito há mais de cento e sessenta anos. Alguns dos principais prognósticos traçados no Manifesto sobre o capitalismo foram incontestavelmente cumpridos: a globalização, o desenvolvimento das forças produtivas, a intensificação da exploração da mão de obra, o crescimento das desigualdades sociais e a tendência para crises econômicas periódicas do capitalismo. Por outro lado, o otimismo na revolução pela força do proletariado alemão e os capítulos referentes à literatura socialista e aos demais partidos operários podem ser apontados como prognósticos não cumpridos ou pontos que precisariam ser revisados. Pode-se dizer que o Estado, a economia e a sociedade moderna foram desnudados por Marx em suas obras. No Manifesto, Marx e Engels, então com vinte e nove e vinte e sete anos, respectivamente, souberam ver por debaixo das roupagens que o capitalismo assume, por debaixo dos rótulos das crises, das máscaras do empreendedorismo, da fantasia do livre comércio e dos falsos e pretensos valores. A reflexão sobre as lutas históricas passadas torna-se essencialmente importante, seguindo o método do materialismo histórico (de Marx), como aprendizagem para as lutas atuais do proletariado.

Palavras-chave: marxismo; Comunismo; Capitalismo.

Abstract

This essay shows that the essential ideas of Marx will remain relevant while capitalism is the prevailing system, even though it was written more than 160 years. Some of the main predictions outlined in the Manifesto were unquestionably fulfilled: globalization, development of productive forces, the intensified exploitation of labor, the growth of social inequalities and the tendency to recurrent economic crises in capitalism. On the other hand, their belief in revolution by the German proletariat and the chapters on socialism and other worker's parties were not confirmed and should be reviewed. The State, the economy and the modern society were denuded by Marx in his works. In the Manifesto, Marx and Engels — that were 29 and 27 years old when they wrote it — were able to see underneath the masks of capitalism and entrepreneurship, beneath the labels of the crisis, the fantasy of self-regulation of the so called Market and other false principles. Reflection on the struggles of the past becomes essentially important — according to Marx's method of historical materialism — to get useful acknowledge for the current struggles of the proletariat.

Keywords: Marxism; Communism; Capitalism.